

Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-079 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
501668454	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO
Morada (Sede Social)	
AVEIRO	
Código Postal	Localidade
3800-115	AVEIRO
NUT III	NUT II
Região de Aveiro	Centro
Telefone	E-mail
234302493	aida@aida.pt
Telefax	

234302499

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.aida.pt>

Associação empresarial (sem fins lucrativos)

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Elisabete Rita

Telefone Responsável

234302494

Cargo Responsável

Diretora Geral

Telemóvel Responsável

969122888

Serviço/Departamento

Direção

Email Responsável

aida@aida.pt

Email Alternativo

e.rita@aida.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

Foram formadas 2 parcerias na Região, DLBC Rural Reg. Aveiro Norte e Aveiro Sul, que integram alguns parceiros comuns, com igual entidade gestora, permitindo racionalizar a equipa técnica local e aproveitar as sinergias advenientes da representatividade e abrangência territorial NUT III Baixo Vouga.

A DLBC Sul inclui 21 parceiros ligados ao desenvolvimento local de base rural e recursos específicos do território, com experiência/resultados em políticas públicas de desenvolvimento local e gestão de fundos públicos.

A integração da CIRA e Municípios é por serem entidades com deveres ao nível da promoção de políticas públicas de desenvolvimento local, empreendedorismo e dinamização do meio rural e urbano, acresce o fato da CIRA ser gestora do Gabinete de Ação Costeira.

A UA como entidade do sistema, científico e tecnológico, exerce uma ação decisiva na especialização do tecido produtivo, na qualificação de recursos humanos e em áreas como as TICE.

As associações/cooperativas e entidades do sistema financeiro serão meios de informação/sensibilização para a possibilidade de recurso aos fundos existentes e facilitadoras do financiamento de projetos de investimento.

A AFBV, ACRM, ALDA e ABBV surgem por serem estratégicas na dinamização da EDL como principais impulsionadoras e dinamizadoras dos recursos endógenos.

A CVRB, CAV e KIWICOOP deve-se à liderança assumida nas fileiras vinhos e espumantes, Hortícolas e Kiwis, respetivamente, cujo valor no panorama agrícola nacional é muito reconhecido e constituem um fator distintivo do território de abrangência.

As cooperativas agrícolas focar-se-ão na comunicação direta com potenciais beneficiários, apoio a projetos de comercialização de produtos agroindustriais, criação de mercados locais e cadeias curtas de comercialização para escoamento produtos.

A EPADVR por ter sede num concelho com características agrícolas por excelência, no qual predominam horticultura, pecuária (gado leiteiro), floricultura.

O IEPF será uma peça chave na implementação da EDL, no apoio ao empreendedorismo e dinamização de políticas públicas de inclusão social.

Esta é assim uma parceria diversificada e representativa dos potenciais do território, tendo sido formada num processo participado de baixo para cima (Bottom up).

A gestão do GAL será feita pela AIDA, que visa defender e representar os interesses socioprofissionais das atividades industriais do distrito de Aveiro, tendo atuação em todo o território da NUT III do Baixo Vouga e possui atualmente 846 empresas associadas.

É uma pessoa coletiva de reconhecida utilidade pública desde 1993, com 29 anos de experiência na coordenação, promoção e dinamização de projetos cofinanciados por programas nacionais e comunitários. Possui excelentes capacidades técnicas, materiais e financeiras (22 colaboradores, autonomia financeira de 74,5% e resultado líquido do exercício de 34325,14€ em 2014), cuja experiência de gestão de fundos resulta um montante total gerido através de programas nacionais e comunitários de 14969974€ (2007/13).

A AIDA responde à diferenciação estratégica que se pretende dar a esta EDL e que parte do foco da indústria e agroindústria como motor e alavanca para a promoção do desenvolvimento rural do território, considerando que Aveiro tem uma forte especialização industrial em alguns setores de atividade (cerâmica, madeira/papel, metalomecânica, novas tecnologias e agroindústria com a transformação de produtos hortícolas, leite e derivados, produtos da pesca e produção de sal).

A CIRA (integra o órgão de gestão desta parceria) tem experiência na operacionalização de Estratégias de Desenv. Territorial, liderando, desde Julho09, o Grupo de Ação Costeira de Aveiro - Eixo 4 do PROMAR, executando a Estratégia de Desenv. Sustentável da Zona Costeira dirigida às comunidades piscatórias, com funções de organismo intermédio.

Com a AMRia e a GAMA executou projetos de reforço da capacitação institucional da Comunidade e parceiros. O Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro - UNIR@RIA foi o 1º instrumento de planeamento de escala supramunicipal aprovado em Portugal.

No QCAIII/ PO Sociedade do Conhecimento-Medida Cidades e Regiões Digitais, participou na gestão do Aveiro Digital 2003/07.

O Programa Territorial Desenvolvimento do Baixo Vouga (2008) criou bases de organização intermunicipal e desenvolvimento regional.

A CIRA possui equipas intermunicipais mistas especializadas na gestão de projetos, fato que constituirá uma mais-valia na implementação da EDL.

Note-se a parceria entre AIDA, CIRA e UA que tem resultado no desenvolvimento e implementação de ações que visam o reforço da competitiv. e inovação da Reg Aveiro (ex. Parceria Territorial de Apoio ao Empreendedorismo de Base Local, enquadrada na Estratégia de programação financeira 2014/20, na Estratégia para o Crescimento e Inovação da Reg Aveiro e no QCIRA 2014/20".

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	16/10/2008	01/01/2009	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501128840	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO	20/05/2015	02/04/1976	84113	Autarquias Locais
506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS		01/01/1900	84113	Autarquias Locais
501461108	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	11/08/1973	01/02/1994	85420	Fundações Públicas
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
501668454	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO	16/01/1986	18/07/1986	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501294163	Município de Anadia	22/07/2015	22/07/2015	84113	Administração Local
506920887	Município de Ilhavo	01/01/1986		84113	Administração Local
502083638	Comissão Vitivinícola da Bairrada	27/06/1986	01/01/2002	94110	Associação Interprofissional do Setor Vitivinícola
502051124	Kiwicoop - Cooperativa Frutícola da Bairrada, CRL	22/07/1988	22/07/1988	46311	Cooperativa e Organização de Produtores
600067998	Escola Profissional de Agricultora e Desenvolvimento de Vagos	31/08/1990	22/05/2001	85320	Escola Profissional
504433563	Associação Florestal do Baixo Vouga	07/08/1999	31/08/1999	94110	Associação
502900938	Associação de Criadores da Raça Marinhola - Aveiro	11/05/1992	01/04/1995	94110	Associação
502106131	ALDA - Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro	22/10/1988	22/10/1988	94995	Associação
501109420	CALCOB - Cooperativa Agrícola de Oliveira do Bairro e Vagos, CRL	18/12/1975	01/05/1977	46214	Cooperativa
501423958	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Anadia, CRL	01/03/1983	02/01/1984	64190	Instituição de Crédito sob a forma cooperativa

501389059	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Vouga, CRL	14/12/1981	05/04/1982	64190	Instituição de Crédito sob a forma cooperativa
501368825	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Bairro, CRL	14/12/1981	05/04/1982	64190	Instituição de Crédito sob a forma cooperativa
501443380	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos, CRL	06/01/1984	06/01/1984	64190	Instituição de crédito sob a forma cooperativa

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Aveiro

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Porcentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O território de intervenção engloba os concelhos: Anadia, Aveiro (apenas as freguesias de Santa Joana, São Bernardo, Aradas, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, dado que as restantes freguesias, excluindo Esgueira e União de freguesias de Glória e Vera Cruz, pertencentes a este concelho, estão inseridas no DLBC da Região de Aveiro Norte), Ílhavo (freguesias da Gafanha do Carmo e de São Salvador), Oliveira do Bairro e Vagos, com uma população total de 124.976 mil habitantes.

Para caracterizar a região em termos demográficos selecionaram-se os indicadores população residente; densidade populacional; estrutura etária; variação da população residente e taxa de crescimento.

A evolução da população, 2001/2011, denota um ligeiro aumento da população na sub-região do Baixo Vouga (1,49%), o que se coloca ligeiramente abaixo da tendência portuguesa no mesmo período, (variação positiva de 1,99%). Comparando com a Região Centro a situação é distinta, pois na primeira década deste século a população diminuiu 0,88%.

No mesmo período verificou-se aumento da população na maioria dos concelhos do território, destacando-se Oliveira do Bairro com a maior variação positiva (8,81%).

Segundo dados do INE, 2011, Portugal tem uma densidade populacional de 114,5 habitantes por Km², enquanto a Região Centro tem 82,5 e a Sub-Região do Baixo Vouga 218,7.

A sub-região do Baixo Vouga é densamente povoada, com valores acima da Região Centro e Portugal. Todos os concelhos do território apresentam uma densidade populacional acima da própria Região do Baixo Vouga. Os índices de envelhecimento e dependência de idosos na sub-região do Baixo Vouga é inferior aos valores de Portugal e da Região Centro (INE 2011)

Ao nível da variação por faixas etárias da população residente, conclui-se que as compreendidas entre os 0 e 14 anos e entre os 15 e 24 são as que apresentam taxas mais baixas nos concelhos do território.

A capacidade de atração do território da presente DLBC é um importante aspeto a ter em consideração, compreendendo o comportamento e significado da taxa de crescimento populacional verificada.

Nesta ótica, a análise dos dados referentes ao período 2001-2011, evidencia decréscimo da evolução das

taxas de crescimento natural e migratório.

Dados oficiais referentes ao mesmo período demonstram evolução positiva na taxa de abandono escolar em todos os concelhos. Também na Sub-Região do Baixo Vouga, na Região Centro e em Portugal se verificou diminuição do abandono escolar.

Verifica-se ainda que a taxa de analfabetismo é mais acentuada nas mulheres, em todos os concelhos do território.

Relativamente ao número de beneficiários do RSI, em todo o território, observa-se aumento do n.º entre 2007 e 2010. No período seguinte (2011) este valor regista um decréscimo, com exceção dos municípios de Anadia, Aveiro e Ílhavo, sendo que as percentagens obtidas se referem ao ano base (2007).

Quanto aos beneficiários do RSI por município e por 1000 habitantes em idade ativa, entre 2007 e 2011, nota-se um aumento constante.

No desemprego por género, é nas mulheres que se verificam as maiores taxas em todos os níveis territoriais.

A taxa de desemprego por nível de escolaridade dos concelhos do território de intervenção acompanha a tendência da sub-região Baixo Vouga e nacional.

Na área de intervenção verifica-se que a maior percentagem de desempregados se encontra na população com escolaridade o ensino básico (53,58%). Dos indivíduos que têm este grau de escolaridade é em Vagos que se verifica a maior percentagem de desempregados que atinge 61,44%.

De referir que a percentagem de desempregados que tem formação superior apresenta números alarmantes, com o concelho de Aveiro a registar 23,69% (valor acima da média nacional).

De entre os setores dominantes da área de intervenção é notória a existência de uma forte especialização no que diz respeito ao setor da agricultura, produção animal, floresta e pescas e às indústrias transformadoras, com valores de cerca de 57% e 10%, respetivamente, superiores à média nacional, sendo este último um setor de atividade económico gerador de um volume bastante alto de emprego.

Verifica-se forte produtividade no setor das indústrias transformadoras, tendo o concelho de Aveiro valores bastante superiores à média nacional, superando-a em 30 pp

Relativamente aos setores da agricultura, produção animal, floresta e pescas, os indicadores estão acima da média nacional, destacando-se o concelho de Ílhavo, muito por beneficiar da proximidade costeira.

Destaque-se o peso da produção de uvas, vinho e vinhos espumantes na Região não só na sua expressão real como pelo contributo dado à valorização da gastronomia local.

O coeficiente de especialização apresenta, no concelho de Aveiro e quanto à Educação, saúde e apoio social, valores muito atrativos, o que se justifica pela presença da UA, o Hospital do Baixo Vouga e outros serviços da Administração Central.

Considerando a especialização no setor da indústria transformadora, sobressaem, em 1.º lugar, os setores dos produtos químicos, minerais e metalúrgicos. Este último representa um elevado quociente de localização em muitos dos municípios (Anadia, Oliveira do Bairro, Ílhavo) e elevados números de emprego.

Em Aveiro o setor gera 3.499 empregos, representando cerca de 40% do emprego da indústria transformadora, sendo em Oliveira do Bairro (60%) que a proporção no tecido empresarial da indústria transformadora é mais elevada.

Quanto às explorações agrícolas e à sua natureza jurídica, verifica-se, tanto a nível nacional, como na área de intervenção, que a maior percentagem de explorações agrícolas pertencem ao produtor singular, onde na área de intervenção, este apresenta valores superiores a 94%.

O tipo de cultura praticado nas explorações agrícolas pode ser definido como temporário ou permanente.

Das culturas permanentes destaca-se a cultura da vinha, com valores superiores a 77%, nas explorações agrícolas do território, com exceção de Ílhavo, sendo. Anadia o concelho que apresenta maiores percentagens (91,97%) de explorações com vinha, apresentando Oliveira do Bairro 90,32%.

Tendo em conta os valores apresentados, constata-se que a área de intervenção do presente DLBC está fortemente ligada ao cultivo da vinha. Outra das conclusões é a existência de diversas explorações de policultura, ou seja explorações em que se praticam diversas culturas permanentes.

De ter em conta que referir que a maior concentração de superfícies agrícolas se situa entre 1Ha e 5Ha e 5Ha e 20Ha.

Nas explorações agrícolas de culturas temporárias, destacam-se as de Anadia (956) e Vagos (833), com produção de cereais para grão, enquanto Oliveira do Bairro e Vagos se destacam a produção da batata. De referir também as culturas forrageiras, predominantes em Vagos e Aveiro.

Da análise aos grupos etários dos produtores agrícolas singulares conclui-se que, tal como acontece a nível nacional e a nível da Região Centro, a maior taxa de produtores se encontra na população com mais de 55 anos (76,85%), em especial na faixa etária dos 65 e mais anos (46,25%), sendo pouca expressiva de produtores jovens.

No nível de escolaridade subjacente à população agrícola familiar, observa-se que a maior parte da população possui nível básico (65,64%), sendo as taxas similares em todos os concelhos. Anadia possui maior n.º de população com o Ensino Superior (7,8%).

As explorações agrícolas com efetivo animal também estão patentes na região do Baixo Vouga, destacando-se a região pela criação de coelhos, suínos e aves. Anadia destaca-se pelas explorações agrícolas de criação de suínos, aves e coelhos. Também em Vagos, podemos observar um n.º elevado de efetivo animal relativamente a bovinos, suínos, aves e coelhos.

No efetivo animal por exploração, há criação, em grande quantidade, de animais nas explorações agrícolas do território, com destaque para as aves, com percentagens acima dos 70%, exceto Ílhavo.

Na faixa litoral do território de intervenção, a agricultura e a pesca têm um maior peso no que diz respeito ao emprego. De referir também algumas atividades tradicionais, ligadas à pesca e à extração de sal.

Anadia e Oliveira do Bairro detêm parte significativa das vinhas e empresas ligadas à produção de vinhos e espumantes da Bairrada. Em Anadia centra-se a produção nacional de espumantes (cerca de 50% do total nacional), segundo dados da CVRB, sendo este um fator diferenciador.

A área de intervenção tem diversos clusters industriais, nomeadamente agroindustrial (predomina a produção de leite e derivados), conservação e transformação de produtos hortícolas e pesca. A secagem do bacalhau é outra atividade importante da região.

No que diz respeito à gastronomia existe produção de doçaria tradicional, com destaque para os ovos-moles de Aveiro.

O cluster da Cerâmica tem um dos principais pólos, na qual apresentam uma variada produção de revestimentos e pavimentos, louça sanitária e louça doméstica. O das TICE está identificado como um dos principais pólos de maior intensidade tecnológica da região.

Na capacidade de alojamento/tipologia de estabelecimento hoteleiro, os dados do INE são omissos quanto à capacidade de resposta do concelho de Ol. do Bairro. Contudo, existe um hotel no concelho. Vagos apresenta baixa capacidade de alojamento.

Aveiro tem forte capacidade de alojamento, em hotéis e pensões. De salientar que o território não possui qualquer tipo de aldeamento ou apartamento turístico.

A proporção de hóspedes estrangeiros que visitaram a região de Aveiro, em 2013, é inferior à nacional, sendo evidente a falta de aproveitamento dos recursos naturais e patrimoniais da região, pelo que se exige maior promoção externa do território para atrair turistas estrangeiros.

Destaca-se Aveiro, com taxa superior a 50%, relativamente a visitas de estrangeiros à região.

Segundo informação disponibilizada pelo Turismo Centro de Portugal existem alguns empreendimentos de índole rural na área de intervenção, sendo Anadia aquele que oferece maior capacidade de alojamento a nível de turismo rural, com uma percentagem de 81,25 % relativamente ao território de intervenção.

De acordo com os dados referidos será possível potenciar o aparecimento de novas unidades de turismo em espaço rural, considerando que podem beneficiar de apoios a fundo perdido para a realização dos investimentos, o que será importante para aumentar e melhorar a oferta no território.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças

Território com capacidade atrativa e gestão integrada na CIRA;
 Incremento da atividade exportadora na indústria /agroindústria;
 Forte potencial para receber investimento estrangeiro direto;
 Boom de negócios ligados ao empreendedorismo;
 Aparecimento de negócios que façam o aproveitamento eficaz, da mão-de-obra sénior;
 Forte potencial para novas atividades agrícolas (abacate, maracujá);
 Floricultura e espargos para exportação;
 Hortícolas de qualidade /produção biológica;
 Produção de uvas, vinho e espumantes (castas e características diferenciadas);
 Integração da agroindústria com indústria alimentar;
 Região com elevada procura turística;
 Plataforma Tecnológica da Floresta da UA;
 Parque de Ciência e Inovação, em fase de construção;
 Procura pelo mercado de produtos artesanais de qualidade e com identidade;
 Capacidade de cooperação interinstitucional .

Principais Pontos Fortes

Território com capacidade atrativa e boas acessibilidades;
 Território com fortes marcas e produtos regionais (Ex. Bairrada, Leite, Ovos -Moles);
 Decréscimo da taxa de abandono escolar;
 Hortícolas e kiwis regionais de qualidade;
 Crescimento demográfico;
 Cultura forte de empreendedorismo;
 Dinamismo industrial na inovação e capacidade exportadora;
 Existência de centros de I&DT com competências relevantes para o setor rural;
 Forte Tradição cultural;
 Termalismo;
 Oferta regional de equipamentos sociais;
 Aumento do nível de escolaridade;
 Taxas de emprego acima da média dos valores da CIRA e Região Centro;
 Procura turística associada aos elementos naturais e culturais;
 Restauração empenhada na comercialização e promoção de produtos de origem;
 Forte cultura de cooperação intermunicipal e interinstitucional
 Histórico de atividade do Grupo de Ação Costeira.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Risco de despovoamento em alguns concelhos ou franjas de outros;
 Subida de atratividade de regiões vizinhas;
 Continuação da crise económica e social de Portugal e Europa;
 Continuação da forte emigração;
 Reformas baixas que não cobrirão as necessidades básicas do aposentado;
 Baixo nível de competências profissionais da população agrícola;
 Existência de poucos jovens agricultores e empresas agrícolas;
 Explorações agrícolas em part time com deficiente perfil de produto para acesso ao mercado por deficiente organização;
 Deficiente sustentabilidade económico-financeiro das IPSS devido a limitação do Estado Social;
 Tendência de envelhecimento da população;
 Impacto das alterações climáticas no território.

Principais Pontos Fracos

Parcelas, explorações de micro e pequena dimensão;
 Oscilações na taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário;
 Aumento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
 Disparidade no ganho médio mensal entre sexos;
 Baixos níveis de qualificação da população ativa;
 Agravamento das taxas de desemprego para a população com o Ensino Superior;
 Níveis de qualificações inferiores aos verificados a nível nacional (exceto na indústria transformadora);
 Picos de dissolução de empresas nos últimos meses de cada ano;
 Baixo nível de competências profissionais da população agrícola;
 Existência de poucos jovens agricultores e empresas agrícolas;
 Explorações agrícolas em part time com deficiente perfil de produto para acesso ao mercado;
 Associativismo com dificuldade de financiamento das atividades e ocupação dos tempos livres da população.

A região caracteriza-se pela variedade de recursos e paisagens, dinâmica empresarial e especialização tecnológica, claramente internacionalizada, fatores que permitirão construir uma EDL diferenciadora de promoção de um crescimento rural, assente no aumento da produção agrícola, do qual a indústria e a agroindústria serão a alavanca e motor de uma nova dinâmica.

Note-se a relevância do cluster agroindustrial, com os congelados de hortícolas e derivados, comercialização e transformação de produtos hortícolas frescos, kiwis, batata, setor vitivinícola, gastronomia e pesca.

Fatores críticos:

Dinamizar projetos de promoção do setor vitivinícola (cluster vinho e vinha)

Apoiar o emparcelamento de terrenos

Coerência entre regulamentação e aplicação de programas de apoio europeus

Coordenação e coerência entre POR e POT nas regras para diferentes tipologias de projetos/promotores

Envolvimento/cooperação entre os agentes do território e diferentes níveis de decisão

Articulação efetiva entre as DLBC Rurais e Costeira e a EIDTR

Calendarização rigorosa das ações (responsabilização dos intervenientes) e foco nos resultados

Atração de entidades e investimento privado e projetos inovadores

Coordenação e integração de investimentos

Monitorização e reavaliação constante da estratégia

(Re)Qualificar os RH

Apoiar a atividade por conta própria, empreendedorismo, criação e modernização de micro/pequenas empresas

Estimular projetos de inclusão ativa e inovação social

Criar condições para transformação local de produtos (origem animal/vegetal) e fomento da sua qualificação

Apoiar os setores produção leiteira, hortícolas e outras culturas tradicionais

Aproveitar as condições de clima e solo para produções precoces (batata, hortícolas, flores e novas culturas) e o saber fazer da agroindústria

Valorizar recursos naturais/patrimoniais transformando-os em recursos turísticos

Promover a floresta numa ótica de uso múltiplo e redução do risco de incêndio

Estimular a criação de cadeias curtas de comercialização e consumo local dos produtos da região

Formar e envolver a população para a valorização dos recursos, preservação do ambiente e conservação da natureza

Promover a eficiência energética

Melhorar a organização dos agentes de desenvolvimento do território em fileiras e clusters

O grande desafio deste DLBC materializa-se no crescimento económico (manutenção/criação de emprego próprio, aumento das culturas existentes, novas atividades e fixação de população); social (qualificação, bem-estar e qualidade de vida das populações) e ambiental (preservação dos recursos naturais e biodiversidade do território).

Desafios que estão em ajuste com as prioridades estratégicas do ciclo de programação comunitária: a aposta no crescimento e inovação, utilização eficiente dos recursos e a criação de mecanismos de emprego e inclusão, promovendo, concertadamente o crescimento económico, emprego, sustentabilidade ambiental e sociedades mais equilibradas e inclusivas

O território tem potencialidades que passam por saber explorá-las e aproveitá-las pois é um território em que o rural e o urbano se complementam (potencial agrícola e agroindustrial e os empreendedores reais e potenciais), tem áreas classificadas, ambiente e conservação da natureza, e um leque de recursos agrícolas, naturais, culturais e patrimoniais.

É com base nestas grandes forças e potencialidades desta região que os agentes económicos devem construir as oportunidades de desenvolvimento.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A estratégia de desenvolvimento local para a DLBC RA SUL pretende contribuir para a estratégia de especialização inteligente adotada dando uma especial atenção, em termos de áreas de especialização regional, ao potencial produtivo e turístico proporcionado pelos recursos agrícola/ agroalimentar, sem esquecer o equilíbrio ambiental, a utilização eficiente dos recursos do território e da energia e a inclusão social.

À semelhança de qualquer território, a estratégia de desenvolvimento local assentará na valorização (incorporando conhecimento e inovação) dos seus recursos singulares e que são:

A Ria de Aveiro;

A marca Bairrada: vinhos, espumantes, leitão, manutenção da paisagem vitivinícola e enoturismo;

A Gastronomia: doçaria tradicional (os ovos-moles de Aveiro), os pratos de peixe (bacalhau e enguias);

O turismo associado aos produtos: Sol & Mar, Gastronomia & Vinhos, Turismo Náutico, de Saúde e Bem-estar;

O potencial de produção agrícola (Vinha, Kiwicultura, Horticultura e Batata), agropecuária (Raça Marinhola) e florestal.

Assim, a presente EDL visa atingir quatro grandes objetivos, a saber:

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações;

Promover a criação/desenvolvimento, das atividades agrícolas tradicionais ou inovadoras, tirando partido das estruturas de transformação e comercialização existentes e a criar, promovendo o aumento de dimensão ou o aparecimento das organizações de produtores (OP), micro e pequenas empresas e a criação de emprego;

Promover o desenvolvimento integrado e sustentável do território, conciliando preservação do ambiente, conservação e proteção dos recursos locais e desenvolvimento socioeconómico;

Tirar partido de uma estratégia de animação permanente, promoção e potenciação do trabalho em rede no empreendedorismo, promovendo parcerias entre os diferentes tipos de agentes com responsabilidades na dinamização e gestão do território.

Em conclusão, a estratégia de desenvolvimento local visa promover o empreendedorismo na produção agrícola, a tempo inteiro ou part time, quer no modo de produção convencional, quer no modo de produção biológico, na comercialização ou transformação agroindustrial, dando escala ou fazendo aparecer novos players, designadamente organizações de produtores.

Haverá lugar ao desenvolvimento do território, de forma transversal, a partir da valorização dos seus recursos, em particular os valores paisagísticos e patrimoniais, a ruralidade, os sistemas de agricultura tradicional, que podem ser aproveitados para o turismo e a recreação, em estreita ligação com a preservação do ambiente e a conservação da natureza e do património.

De forma mais pormenorizada a estratégia de desenvolvimento local tem por objetivos específicos:

- 1.Reforçar a viabilidade e competitividade das explorações agrícolas e outras empresas locais, apoiando a sua modernização ou o seu aparecimento, a introdução de práticas inovadoras, a diversificação de atividades, a utilização eficiente de energia e uma maior orientação para o mercado;
- 2.Promover a oferta de produtos e serviços locais de qualidade, que incorporem valor acrescentado por via da transformação e da certificação, tirando da força do cluster agroindustrial desta região;
- 3.Promover a qualificação (certificação) e valorização comercial dos produtos locais sobretudo os produzidos no modo biológico;
- 4.Promover a diversificação de atividades, incluindo a transformação de produtos agroalimentares, os serviços de apoio e inclusão social e as atividades turísticas;
- 5.Desenvolver os mercados locais e a comercialização/consumo local e os circuitos curtos de abastecimento;
- 6.Promover a integração e a organização dos agentes económicos, institucionais e a população em organizações de produtores e fileiras setoriais e territoriais;
- 7.Promover a qualificação e preservação dos recursos naturais e patrimoniais do território;
- 8.Valorizar o potencial turístico do património cultural e natural local, promovendo a criação e o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo rural, cultural, de natureza, náutico e gastronomia e vinhos;
- 9.Contribuir para a preservação da biodiversidade, para a redução dos riscos de incêndio e para a eficiência energética;
- 10.Promover o empreendedorismo empresarial e social;
- 11.Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o acesso a serviços sociais por parte das populações locais;
- 12.Melhorar a formação para o empreendedorismo, a formação e a requalificação profissional e a consciencialização para a preservação ambiental e patrimonial;
- 13.Promover a notoriedade da DLBC RA SUL e dos seus espaços rurais e naturais.
- 14.Promover a cooperação interterritorial e transnacional.

Estes objetivos vão ao encontro das prioridades definidas pelo FEADER para o Desenvolvimento Rural (e para as EDL), pelo FEDER e pelo FSE.

Desta forma, para a presente DLBC definiram-se Eixos de Intervenção Prioritária, que a EDL pretende dar resposta, tendo em vista alcançar as metas propostas, de acordo com a seguinte tipologia de Medidas dos

Programas:

Eixo A – Produtos Agrícolas/agroindustriais e de Qualidade do Território, assenta em 5 tipologias de Medidas, a saber:

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização;
- Pequenos investimentos na transformação e comercialização
- Diversificação de atividades na exploração
- Cadeias curtas e mercados locais
- Promoção de produtos de qualidade locais

Eixo B – Conservação da Natureza, Património e Turismo, que apresenta as seguintes tipologias:

- Renovação de aldeias (em territórios rurais)
- Património cultural - Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico.
- Património natural - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Eixo C - Inclusão social e qualidade de vida, que apresenta a Medida:

- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Eixo D - Floresta, Ambiente e Energia, que agrupa as seguintes medidas:

- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas
- Pequenos investimentos na transformação e comercialização;
- Património natural - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Eixo E - Empreendedorismo e Formação, que identifica as seguintes tipologias de Medidas:

- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas
- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.

Em resumo, esta Estratégia de Desenvolvimento Local é resultado:

- da caracterização do território e diagnóstico realizado que permitiram evidenciar os fatores-chave distintivos do território;
- do alinhamento com as orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais, ao identificar as prioridades já estabelecidas às diversas escalas;
- de se assumir e reconhecer o potencial do conhecimento e da inovação como 'motor' do desenvolvimento da Região
- da auscultação e participação de um conjunto de atores regionais, nomeadamente os que fazem parte da parceria.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A participação ativa dos atores territoriais (in)diretamente relevantes e pertinentes para a boa implementação da EDL encontra-se sustentada nas dinâmicas territoriais já existentes no território, designadamente ao nível da construção e implementação dos demais instrumentos de gestão territorial existentes, as quais incluem o forte trabalho em rede entre as várias entidades e o aproveitamento dos recursos (comunicacionais e outros) de cada uma.

A construção da presente EDL assenta na referida participação ativa de todos os stakeholders do território, designadamente sociedade civil, administração pública, empresas, associações empresariais e entidades do sistema científico e tecnológico, os quais foram envolvidos no processo desde o estabelecimento da parceria, à delimitação do território e sua caracterização e elaboração do diagnóstico estratégico e estratégia macro da EDL com definição dos eixos prioritários para o território.

Nesse sentido, e na fase de pré-qualificação, houve contatos, coletivos e individuais, tendo sido elaboradas fichas de caracterização do território, e dos diversos agentes territoriais cuja visão até 2020 foi auscultada. Neste processo identificaram-se as entidades a envolver formalmente na parceria, com o objetivo de que toda a comunidade possa contribuir para a definição da estratégia de desenvolvimento local, reconhecendo-se na mesma e permitindo que vá ao encontro das suas necessidades concretas

Na fase de elaboração da EDL foram recolhidos contributos de todos os parceiros tendo sido identificados os interesses representados, com relevância para o desenvolvimento da Região. A EDL ora apresentada foi, pois, validada pelo colégio dos parceiros representativos dos atores territoriais acima elencados.

Foram realizadas várias reuniões de trabalho para auscultação dos referidos parceiros e uma reunião geral dos parceiros das DLBC Rural Aveiro Norte, Sul e DLBC Costeira, visando alcançar uma estratégia coerente e consensual, que aproveite todos os recursos existentes no território

A intervenção dos atores regionais será incentivada, igualmente, ao longo da implementação da EDL, designadamente ao nível do órgão de gestão o qual integrará uma comissão de acompanhamento composta por todos os parceiros a qual terá funções consultivas, conforme melhor será explanado no campo referente ao modelo de governação que se pretende inclusivo e representativo de todos os stakeholders.

A participação dos atores territoriais verificar-se-á, igualmente, na dinamização, avaliação e divulgação de resultados da EDL estando previstos vários mecanismos para o efeito, designadamente:

? Reuniões da comissão de acompanhamento para apresentar o ponto de situação da EDL e colocar sob apreciação assuntos relacionados com a mesma

? Produção conjunta (pelos vários parceiros) de documentos, sempre que sejam solicitadas pela Autoridade de Gestão informações sobre a evolução da EDL

? Análise conjunta dos vários parceiros sobre a evolução dos indicadores de execução

? Plataforma (Blog, facebook, web site) para apresentação, discussão e recolha de sugestões da comunidade, divulgação de fontes de financiamento e facilitação da elaboração de candidaturas

? Participação ativa do território em redes de cooperação

A equipa técnica do Gabinete de Ação Local, sob Supervisão da Entidade Gestora, estará em contato permanente, com parceiros e outros agentes locais; privilegiando-se as deslocações ao terreno para uma comunicação assertiva.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EIDT 2014-2020 é central no posicionamento da Região de Aveiro no atual período de programação financeira e na identificação das opções estratégicas a prosseguir, traduzindo o que serão as prioridades desta Região e, conseqüentemente, do território abrangido pelo presente DLBC.

Para a Região de Aveiro este quadro possibilita a criação de uma região mais coesa, inovadora e competitiva. O desafio da promoção da competitividade, emprego e internacionalização sustentável da sua economia só é possível através de uma aposta nas ações articuladas e complementares de formação, promoção do emprego, capacitação e requalificação profissional.

O Plano de Ação da EIDT reflete a articulação de esforços para fazer face aos desafios que a Região enfrenta e aos objetivos estratégicos que pretende atingir neste período. A apresentação de uma orientação comum, intermunicipal e interinstitucional é um esforço significativo de articulação de prioridades e instrumentos de políticas públicas, visando identificar ações que contribuam para a visão regional e para os objetivos estratégicos pretendidos.

A centralidade do conhecimento e da inovação, apresentadas na EDT de Aveiro, vem reforçar as condições para o cumprimento das metas estabelecidas ao nível da Região Centro. Os processos e centros de transferência de conhecimento vêm dotar a região de um conjunto significativo de estruturas de apoio às atividades económicas, sociais e culturais e estabelecem as condições para a consolidação de um sistema de inovação regional – aspeto central na especialização inteligente.

Esta EDL rural encontra-se em estreita articulação com os diversos instrumentos e estratégias diretamente relevantes para o território de atuação definido. A presente demonstração de coerência e articulação procura evidenciar, através de uma síntese multinível, não só o necessário alinhamento estratégico como, em grande medida, uma natural relação entre todos os elementos.

Importa referir que a coerência e articulação da presente EDL com todas as estratégias de escala superior está assegurada pois alguns dos atores determinantes do desenho e implementação da presente EDL têm colaborado na elaboração da estratégia regional no âmbito da Região Centro e na elaboração da EIDT da Região de Aveiro.

Outro fator a sublinhar, para este alinhamento, resulta da garantia de que a sua implementação futura venha a assegurar que a mesma não se restringe apenas a esta coerência no desenho estratégico, mas também no acompanhamento e gestão dos respetivos instrumentos (ITI e DLBCs)

As estratégias setoriais desenvolvidas no âmbito do território da CIRA (DLBC Rurais e Costeira, SIAC,...) procuram responder às áreas de especialização inteligente identificadas para esta NUT III. Estas estão articuladas com os polos/clusters com especial incidência regional e permitem a sua inserção em cadeias de valor contribuindo para crescimento económico e desenvolvimento regional (Agroalimentar e Florestal; Mar e Ria; Materiais; TICE)

No âmbito da presente EDL Rural, os setores Agroalimentar e Florestal apresentam nesta Região condições extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento. O território é particularmente diverso, apesar da sua escala, e é, numa parte significativa, constituído por terrenos com elevado potencial agroalimentar.

O conjunto de atividades económicas desenvolvidas neste setor, o reconhecimento de um conjunto de produtos alimentares distintos, com a certificação de alguns deles, a importância de algumas fileiras como a dos frutos vermelhos, e as condições naturais e diferenciadas que a proximidade ao Mar e à Ria possibilitam, criar um conjunto de desafios significativos e com forte potencial de criação de riqueza.

Quanto ao setor Florestal, tendo em conta as competências instaladas no Sistema de C&T e o seu potencial de articulação com a atividade turística e de empreendedorismo, identifica-se um conjunto de áreas com elevado potencial de especialização e que, devidamente articuladas com um programa regional de competitividade e inovação, possibilitarão a criação de emprego e de riqueza.

Salienta-se que quase metade do território da Região de Aveiro é florestal, a presença de setores industriais relevantes, como as indústrias de base florestal, altamente exportadoras, de elevado valor acrescentado nacional e responsável por elevado volume de emprego, o potencial de inovação associado à fileira florestal e da biomassa, a experiência e as vantagens regionais já existentes no domínio da investigação florestal.

Para além destes elementos de articulação, a Região está a promover uma estratégia regional coordenada de utilização dos diferentes instrumentos de financiamento, focada no desenvolvimento económico, no fortalecimento do setor privado, na criação de novas empresas inovadoras, com elevado grau de inclusão de conhecimento nas suas cadeias de valor, e na empregabilidade, com uma componente importante associada à inclusão no mercado de trabalho.

Este Programa Regional para a Inovação, Empreendedorismo e Emprego ('Região de Aveiro Empreendedora') resulta da continuidade da estratégia definida no programa quadro anterior, dos investimentos e objetivos de estruturas já implantadas, nomeadamente através da rede de incubadoras regionais (Incubadora de Empresas da Região de Aveiro) e da atividade futura do Parque de Ciência e Inovação. Este programa de crescimento para a valorização da inovação e do empreendedorismo adota uma visão transversal em busca de sinergias e complementaridades entre parceiros e ações dos setores público, privado e terceiro setor, visando otimizar o valor acrescentado económico e social gerado pelos recursos públicos. É esta estratégia regional que garante a articulação dos instrumentos setoriais, nomeadamente o que resulta da presente DLBC Rural.

Importa sublinhar que a operacionalização desta estratégia regional multifundos depende, naturalmente, do sucesso das respetivas candidaturas. No entanto, a sua implementação é também relevante. Assim, como se explicitará no modelo de governação, procurar-se-á levar a cabo um plano de promoção e comunicação único aos diferentes instrumentos territoriais na Região de Aveiro, que identificará e calendarizará as diferentes ações para os públicos-alvo específicos, alinhando os calendários dos respetivos concursos, promovendo metodologias de análise de candidaturas e de acompanhamento da execução de projetos similares, garantindo a monitorização e avaliação da execução da Estratégia Regional. Neste modelo de governação os serviços de proximidade ao território são fundamentais, sendo que a rede de incubadoras da região desempenhará um papel fundamental.

Tendo em consideração a já referida simultaneidade da definição das estratégias nacional, regional e da região de Aveiro, está evidenciado e fundamentado o alinhamento entre as prioridades nucleares e os eixos de atuação da presente EDL com a EIDT da Região de Aveiro e as estratégias regional, nacional e europeia.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O objetivo estratégico do DLBC Região de Aveiro Sul é promover o desenvolvimento socioeconómico do território e a qualidade de vida, de forma integrada e participada, em articulação com a preservação do património ambiental e cultural. O programa de ação da EDL assenta em 6 Eixos Estratégicos fundamentais, três com características setoriais e três transversais: EIXO A – Produtos Agrícolas/agroindustriais e de Qualidade do Território EIXO B – Conservação da Natureza, Património e Turismo EIXO C – Inclusão Social e Qualidade de Vida EIXO D - Floresta, Ambiente e Energia EIXO E - Empreendedorismo e Formação EIXO F – Governação e Capacitação Institucional: Gestão, Monitorização, Avaliação, Cooperação e Comunicação. O Eixo A-Produtos Agrícolas/agroindustriais e de Qualidade do Território, visa a valorização dos produtos e serviços de qualidade locais apoiando as empresas/fileiras a introduzir práticas inovadoras na produção, transformação e ligação aos mercados e a diversificar atividades, respeitando sistemas e práticas tradicionais, valorizando os recursos locais na dupla perspetiva da sua viabilidade socioeconómica e da preservação do património local. O Eixo B-Conservação da Natureza, Património e Turismo visa o desenvolvimento da oferta turística e de restauração e diversificação de produtos e motivos de interesse para a exploração turística, incluindo a requalificação de elementos patrimoniais do território, apoiada na valorização da conservação da natureza, ou seja definir um uso adequado dos recursos, de forma a preservá-los e não a degradá-los, imprimindo uma redefinição das formas de praticar turismo. Este eixo visa a promoção de uma estratégia capaz de conciliar, numa ótica de integração e sustentabilidade, a conservação da natureza e do património, o desenvolvimento local e a qualificação e diversificação da oferta turística. Com o Eixo C-Inclusão social e qualidade de vida deseja-se a melhoria das condições de vida das populações e em especial promover a atratividade do território. Pretende-se desenvolver, melhorar e apoiar os cuidados de saúde destinados à população em geral; melhorar as condições de habitabilidade e conforto das localidades; permitir o acesso da população às tecnologias de informação; desenvolver e melhorar o apoio social destinado, às crianças e idosos; e aumentar através de formação profissional e demais medidas de apoio, a capacidade de inclusão social face a situações de risco e de exclusão. De referir que muitas das ações que podem ser desenvolvidas neste eixo permitem a criação de postos de trabalho para a população ativa, contribuindo para a fixação das pessoas e a melhoria das condições de vida, promovendo a inclusão social, a redução da pobreza e o acesso a serviços sociais por parte das populações locais. Quanto ao Eixo D-Floresta, Ambiente e Energia, a equipa do GAL pretende debruçar-se sobre a floresta e o ambiente de modo particular ao longo do território, fazendo-o através de atuações pontuais relativo à valorização dos recursos florestais, promover a qualificação da floresta e a sua utilização múltipla, mitigar os efeitos da atividade agrícola nas comunidades urbanas onde se inserem e se cruzam, bem como contribuir para diminuir o impacto das pequenas agroindústrias, a separação de resíduos na agricultura e na agroindústria, valorização dos resíduos orgânicos agrícolas e agroindustriais através da compostagem e envio a destino ambientalmente correto dos restantes. Também o uso racional da água dentro da estratégia definida no PDR 2020, será importante promover, pelo que se propõem ações de sensibilização para investimento, por exemplo em equipamentos de rega mais adequados, controlo e gestão do caudal (serão incentivados os investimentos de pequena dimensão ou outros previstos no PDR 2020), sensibilização permanente para as vantagens da prática da agricultura no modo de produção integrado e biológico, apoiar os agricultores a trabalhar com método de forma a lidarem com a burocracia de forma mais amigável, sendo objetivo até 2020 tornar esta região um exemplo a nível nacional deste tipo de práticas ambientalmente recomendáveis. A Energia será outro dos pontos importantes na estratégia do GAL promovendo a utilização de energias renováveis na agricultura e agroindústria, incentivando estes investimentos através dos apoios públicos previstos nos pequenos investimentos nesses setores. Quanto ao Eixo E-Empreendedorismo e Formação, o DLBC RA SUL propõe-se fazer uma espécie de “viveiro de empreendedorismo” mostrando o que de melhor existe no território e fazendo aparecer novos players. Pretende-se promover de forma muito direta o empreendedorismo nos locais e atividades onde existam lacunas, utilizando, esta rede existente, as ferramentas os incentivos previstos nos apoios que serão tramitados pelo GAL especialmente aos pequenos investimentos na agricultura e na agroindústria, diversificação de atividades na exploração agrícola, cadeias curtas de comercialização e mercados locais, criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras. No entanto, o sucesso do empreendedorismo está ligado ao perfil e competência do empreendedor, à disponibilidade dos capitais necessários e à mão de obra competente para as funções. Deste modo justifica-se a integração da formação profissional no presente eixo. A formação profissional é

uma ferramenta poderosa de apoio complementar e transversal para ajudar a atingir com sucesso os objetivos dos eixos anteriormente indicados. A metodologia passará pela elaboração de diagnósticos de formação para as principais atividades agrícolas, fileiras, clusters do território e a formação irá dar resposta às necessidades elencadas, recorrendo em primeiro lugar, às ações e estratégia dos parceiros nesta área de atuação e em segundo lugar, ao próprio GAL/Entidade Gestora ou outras Entidades. O ponto forte desta estratégia do GAL para a formação profissional, advém de ter uma equipa de promoção permanente no terreno ao longo do tempo, a qual recolherá informação sobre os estrangulamentos e as novas necessidades de formação profissional, levando a que o pacote da formação profissional esteja em linha com as necessidades dos negócios promovidos e possa ser um meio de combate ao desemprego. No eixo Governança e capacitação institucional: gestão, monitorização, avaliação, cooperação e comunicação, pretende assegurar que exista uma estrutura de gestão e equipa técnica dedicada e unicamente preocupada com a implementação da EDLBC. Assim, para que a EDL estabelecida para o território de influência do DLBC Região de Aveiro Sul possa ver as suas ações implementadas, as questões relacionadas com a definição do modelo de gestão e governança são de extrema importância. A estrutura Organizativa de Gestão que no futuro assumirá a animação, implementação, monitorização e avaliação da EDLBC compreende: a Parceria, o Órgão de Administração, a Comissão de Acompanhamento e a

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) promovida pelo DLBC Região de Aveiro Sul (DLBC RA Sul) enquadra-se nas agendas acordadas ao nível europeu e nas opções estratégicas de base territorial desenvolvidas e estabelecidas no quadro nacional da política de ordenamento do território, bem como dos planos de ação regionais 2014-2020. Os novos desafios colocados ao nível regional e sub-regional no horizonte 2020 em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial. A Estratégia de Desenvolvimento Local que se apresenta para o GAL RA Sul, tem por referência o paradigma integrado e participado de abordagem do desenvolvimento territorial e local descrito. Se o envolvimento dos diferentes stakeholders é fundamental para o desenho de uma Estratégia de Desenvolvimento Local ajustada às forças e fraquezas, oportunidades e ameaças de um dado território, o sucesso final de estratégia depende também da criação de mecanismos de participação das comunidades locais ao longo de todas as etapas de concretização da estratégia e de implementação. Cultivar uma abordagem participativa em permanência garantirá: - Atualizar o diagnóstico socioeconómico e a monitorização das medidas compensatórias; - Envolver líderes e atores locais institucionais, (públicos e privados), mas também pessoas, a título individual, e as comunidades, no processo de avaliação e monitorização dos eixos estratégicos, medidas, ações e projetos; - Garantir a natureza participada na procura de informação e na análise dessa informação; - Potenciar o trabalho em rede, promovendo parcerias entre os diferentes tipos de agentes com responsabilidades na gestão do território. A organização da parceria, através da Entidade Gestora, Comissão de Acompanhamento e equipa técnica local pretende desenvolver contactos presenciais permanentes, promovendo análises participadas, intercâmbio de experiências, capitalização de boas práticas, reforço de mecanismos de governança e construção coletiva de soluções. O trabalho de obtenção da informação necessária, de diagnóstico e de avaliação e monitorização dos projetos e ações passará pelo contacto direto e envolvimento da entidade gestora do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), com os diferentes gestores do território e comunidades locais. Assim estão previstos: ? Criação de grupos de discussão sectoriais a realizar localmente, e que incluirão interlocutores ligados às principais atividades económicas e sociais do território. ? Realização de grupos de discussão com stakeholders locais, no sentido de facilitar a observação das dinâmicas de desenvolvimento integrado do território, as suas dinâmicas demográficas, económicas e sociais e dos dispositivos locais de governança existentes (ou potenciais). ? Realização de reuniões comunitárias com vista à apresentação, validação de resultados e construção de matrizes de avaliação, mobilizando, por um lado, facilitadores especialistas e, por outro, a comunidade, através dos seus líderes comunitários e poderes institucionais. Estas reuniões permitirão acompanhar mais de perto a dinâmica do território os resultados preliminares da implementação das ações e projetos, bem como discutir estratégias de superação de eventuais constrangimentos e bloqueios ao desenvolvimento local. No âmbito destas reuniões serão, ainda, apresentadas e discutidas boas práticas de intervenção em contextos semelhantes, apoiando as comunidades na discussão/decisão coletiva sobre os cursos de ação a seguir. Pretende-se, neste contexto, reforçar o trabalho em rede da parceria, capacitando os seus membros através do desenvolvimento de novas ferramentas colaborativas, especialmente focadas no incremento de ideias inovadoras que tenham maior taxa de sucesso e consigam atingir melhor os objetivos a que se propõem. Cada uma das entidades que integra a parceria será chamada a desempenhar um conjunto de tarefas e de funções, de acordo com os recursos, competências e conhecimentos que detém, partilhando-as em rede e colocando-as desta forma ao serviço do desenvolvimento local e das empresas. As entidades parceiras serão capacitadas, seja através da ETL, seja através de recursos externos, para agirem como “nós da rede” de animação e de acompanhamento da Estratégia de Desenvolvimento Local na organização de iniciativas de sensibilização e de apoio à divulgação das oportunidades.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	201,26	503,14	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	8,00	19,00	150 942,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	18,00	44,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,15	0,40	150 942,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	36,00	88,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,04	0,09	150 942,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	331,18	827,94	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	6,00	372 573,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	6,00	15,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,05	0,13	372 573,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	85,64	214,09	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	96 342,11€

99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,02	0,04	96 342,12€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	50,00	125,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	4,00	37 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	4,00	10,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,03	0,08	37 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	8,00	20,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,01	0,02	37 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Despesa Pública	169,47	423,67	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	127 100,25€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,02	0,04	127 100,25€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	10,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,01	0,01	127 100,25€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Despesa Pública	805,89	201,47	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	90 662,40€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	2,00	4,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,01	0,03	90 662,40€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural. b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, sinalética, trilhos, estruturas de observação e relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	221,00	553,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,20	0,40	44 625,00€
--	-------	---	--	--------	--------	--	------	------	------------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	15,00	Postos de trabalho criados	8,00	20,00	549 628,41€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	20,00	50,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	843 240,68€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

<p>09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural. b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, sinalética, trilhos, estruturas de observação e relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes comunicação e divulgação.</p>	<p>Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado</p>	<p>0,00</p>	<p>2,00</p>	<p>0,00€</p>
---	--------------	---	---	-------------	-------------	--------------

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas			Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	0,00€
---	-------	--	--	--	--	------	------	-------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local 6c* a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas	Estratégias	1,00	1,00				0,00€
--	-------	---	-------------	------	------	--	--	--	-------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 065 781,78€
FEDER	594 253,41€
FSE	843 240,68€
Total	3 503 275,87€

Pressupostos

A-INVESTIMENTO O Plano apresentado teve por base os valores aprovados por fundo, a saber: FEADER – 2 065 781,78€ FSE – 843 240,68€ FEDER - 594 253,41€ Para o cálculo da despesa pública associada a cada tipologia de acção, utilizou-se a taxa de incentivo divulgada para os DLBC, aplicada ao respectivo investimento médio elegível, com a seguinte metodologia: -FEADER Regime Simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas – investimento médio nos projectos apresentados na região de Aveiro na medida 112 do Proder, - despesa pública média-11.435,00-44 projectos Pequenos investimentos na transformação e comercialização - investimento médio nos projectos apresentados na região de Aveiro nas medidas 111 - C2 do Proder, com ajustamento de 3% 1-Pequenos investimentos na exploração agrícola - despesa pública média-57.496,00- 9 projectos 2- Pequenos investimentos na transformação e comercialização - despesa pública média- 51.746,00 – 6 projectos Diversificação de atividades na exploração -investimento médio nos projectos apresentados na região Centro, na medida 311 do Proder, com ajustamento cerca de 3% - despesa pública média-42.818,68 – 5 projectos Promoção de produtos de qualidade locais -investimento médio nos projectos apresentados na região Centro, na medida 142 do Proder - despesa pública média-84.733,50 – 5 projectos Renovação de aldeias - investimento médio nos projectos apresentados na região Centro, na medida 321 do Proder com ajustamento de 10%- despesa pública média-50.368,00 – 4 projectos Cadeias curtas e mercados locais- Considerou-se como investimento médio o valor máximo do regime simplificado - despesa pública média-12.500,00 – 10 projectos -FSE Considerando as indicações recebidas pela CCDR-C, e de acordo com a proposta de fundo a contratualizar, foi considerado valor do custo unitário do fundo na PI 9.6 no Programa Operacional Centro 2020 - despesa pública média - 17.000,00 – 50 projectos -FEDER Considerando as indicações recebidas pela CCDR-C e de acordo com a proposta de fundo a contratualizar: - Expansão de pequenas e microempresas existentes ou a criação de novas empresas e pequenos negócios- despesa pública média -37.500,00 – 15 projectos - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural – dado o limite percentual de dotação imposto, considerou-se como investimento médio o valor máximo do regime simplificado do FEADER, com ajustamento de cerca de 5% - despesa pública média - 22.312,50 – 2 projectos B- INDICADORES Na definição dos Indicadores, foram consideradas as metas definidas no aviso de abertura, e balizadas as médias a atingir por cada GAL. No FEADER, o processo de identificação dos indicadores apresentados originou a necessidade de se proceder à divisão do fundo a contratar para cada Eixo/ Medida proporcionalmente ao respectivo número de indicadores considerados.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Promover a cooperação interterritorial e transnacional é um dos objetivos da EDL que aproveitará o relacionamento de especial proximidade com a DLBC Rural Região de Aveiro Norte, com a qual partilha um órgão de gestão maioritariamente idêntico e alguns parceiros, e DLBC Costeira Região de Aveiro para potenciar a micro e pequena economia através da promoção de pequenos projetos de investimento. A cooperação entre os players das diversas fileiras foi uma das oportunidades identificadas na análise SWOT do território que a EDL se propõe concretizar. Nesse sentido, a ETL tem nas suas competências específicas estabelecer parcerias de cooperação entre entidades públicas e/ou privadas interessadas, necessárias à execução do plano e entre GAC e GAL nacionais e internacionais, tendo sempre por base o aproveitamento dos recursos existentes, designadamente projetos já implementados.

Do trabalho de diagnóstico realizado junto da comunidade verifica-se a necessidade de implementar ações que confirmem notoriedade e reconhecimento ao território e seus principais recursos e serviços por parte de grupos-alvo no país e em mercados externos valorizadores das especificidades do mesmo, estando a cooperação intrinsecamente ligada à comunicação do território.

A estratégia de cooperação, nacional e transnacional incidirá sobre as áreas temáticas turismo, recursos endógenos, empreendedorismo e criação de empresas, desenvolvimento local e economia social.

Cooperação Nacional: Fomentar-se-á o relacionamento entre GAL e GAC promovendo, nomeadamente, fóruns de reflexão e discussão essenciais para o conhecimento mútuo dos territórios, suas especificidades e estratégias de desenvolvimento sustentável. Esta interação permitirá, ainda, trocar informações sobre a operacionalização de procedimentos e harmonização do acompanhamento técnico- financeiro de projetos. Irá recorrer-se a outros GAL para participar na estratégia de avaliação externa da EDL (avaliação interpares). O GAL trabalhará de forma integrada com a Rede Rural Nacional, seguindo os seus princípios e orientações. A EDL dedicará especial atenção à cooperação europeia para capitalizar boas práticas e colaborar para um território coeso, efetuando um benchmarking de casos de sucesso implementados em territórios semelhantes, de forma integrada na estratégia definida pela Rede Europeia de Desenvolvimento Rural.

Cooperação Internacional: Pretende-se aproveitar as redes de cooperação institucional e empresarial pré-existentes, constituídas nos países da CPLP no âmbito do projeto SIGAME 3 – Cooperar e Internacionalizar na CPLP, do qual a AIDA foi copromotora. O direcionamento para a CPLP terá a vantagem de beneficiar das afinidades históricas, culturais, linguísticas e político-administrativas.

A EDL propõe-se explorar sinergias com os países da Diáspora, recorrendo aos laços de ligação existentes com os “empresários da diáspora” com atividade nos principais destinos de emigração da população oriunda do território abrangido, designadamente: França, Alemanha, Suíça, Estados Unidos e Canadá, África do Sul, Venezuela e Brasil.

Os projetos de cooperação irão valorizar os territórios com a partilha de experiências e boas práticas, importar conhecimento e gerar economias de escala, fomentando também a cooperação entre entidades de economia social que trabalhem públicos desfavorecidos, nomeadamente portadores de deficiência e idosos. serão criadas redes de comercialização, rotas, estudos, seminários e merchandising.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O modelo de gestão e organização segue a P392-A/2008

Assenta em parceria sem personalidade jurídica (21 membros) sendo a AIDA gestora com poderes administrativo-financeiros que supervisiona funcionamento e administra os fundos públicos disponíveis. Representa a parceria e elabora contabilidade separada da execução do projeto, conserva documentos relativos à execução e aceita a fiscalização dos serviços comunitários competentes/administrações que cofinanciem o GAL, em tudo o relativo à execução e utilização de subvenções

O modelo de governação (EIXO F) é formado por Órgão de Administração (OA), Comissão de Acompanhamento (CA) e Equipa Técnica Local (ETL)

O OA terá número ímpar de membros (5/7), refletindo proporcionalmente a composição da parceria e garantindo que o conjunto de entidades públicas/qualquer grupo de interesses individuais não representa + 49% dos votos em tomadas de decisão

O gestor da parceria nomeará 1 representante para o OA (presidente), os demais membros serão selecionados pelos membros da parceria (1 representante único/membro) sendo a composição do OA ratificada pela CA

Reuniões do OA convocadas pelo presidente com periodicidade mínima semestral (extraordinariamente se necessário), sendo enviada Ordem Trabalhos

Funções do OA: Dinamizar e gerir EDL, operacionalizando as ações e obrigações fixadas no contrato de reconhecimento e financiamento do GAL, constituir ETL elegendo 1 coordenador, informar a AG da abertura de candidaturas e enviar informação sobre as demais ações a desenvolver, lançar concursos para candidaturas ao programa de financiamento, decidir, com base nos pareceres emitidos, pedidos de apoio apresentados efetuando a análise técnica, económico-financeira e estratégica das candidaturas ao programa de financiamento do GAL

Organizará processo de validação de documentos de suporte à tomada de decisões, assegura a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e fundos públicos, representa o GAL externamente, aprova o Manual de procedimentos proposto pela ETL, apresenta pedidos de apoio e pagamento, define critérios de seleção (conforme regulamentos de aplicação e em coerência com objetivos definidos na EDL), apresenta às AG pareceres e propostas de decisão sobre financiamento dos projetos aprovados, aprova relatórios de execução anual e final da EDL, delega competências no coordenador da ETL e demais atribuições definidas em legislação específica

A CA terá 1 representante/parceiro elegendo na 1.ª reunião 1 Presidente e 2 secretários. Reuniões com periodicidade, mínima, semestral realizando-se extraordinariamente se necessário.

Órgão de reflexão e discussão estratégica de desenvolvimento do território, responsável pela avaliação da EDL, acompanha o trabalho efetuado pela estrutura técnica do GAL, velando pelo funcionamento da parceria e garantindo a sua participação efetiva. As suas deliberações assumem caráter consultivo

Acompanha a atividade do GAL, ratifica a composição do OA e suas alterações, ratifica os Relatórios de Execução Técnica e Financeira periódicos do GAL, acompanha a execução física e financeira dos projetos aprovados

A ETL (estrutura executiva) terá 1 coordenador e técnicos multidisciplinares. O funcionamento assegura a segregação de funções

Operacionaliza atividades do GAL Ex. divulgação do programa, efetivação de concursos para candidaturas e seu processamento, acompanhamento e verificação da execução de projetos aprovados. Gerida pelo coordenador, integra 1 secretariado técnico e 1 administrativo, será ainda constituída 1 equipa específica de animação da EDL para trabalho permanente no território, garantindo investimento privado e elevada taxa de execução

Identifica promotores e ideias de projeto, apoia potenciais promotores, elabora Manual de procedimentos do processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, pedidos pagamento, acompanhamento e execução das operações e submissão à aprovação do órgão de gestão

Emite pareceres técnicos (admissibilidade e mérito dos pedidos de apoio), analisa pedidos de pagamento dos beneficiários, verifica a elegibilidade, controla para evitar duplicação de apoios, verifica cumprimento pelos beneficiários, procede à recolha e tratamento dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução da EDL para elaborar indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação estratégica e operacional; assegura procedimentos necessários à efetivação da avaliação contínua da EDL, relatórios de execução; estabelece parcerias de cooperação entre entidades públicas e/ou privadas para execução do plano e entre GAC e GAL (inter)nacionais; dinamiza estruturas associativas (inter)profissionais, fomenta integração entre setores, dinamiza promoção conjunta de iniciativas de valorização de recursos, coordena execução global do plano, elabora plano anual de atividades e produz relatório do trabalho desenvolvido e demais atribuições definidas em legislação/regulamentação específica.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O sucesso da EDL é indissociável do envolvimento da comunidade e sua participação nas atividades (recurso/utilização dos fundos). Será criada equipa específica para animação da EDL, responsável pelas atividades de acompanhamento, sob orientação do OA e supervisão da CA.

A implementação estará em consonância com os demais instrumentos de apoio a pequenos projetos de investimento, nomeadamente os apoiados no quadro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro.

A operacionalização inclui a definição de meios, locais, calendarização de ações e necessidades logísticas, envolvendo a comunidade.

Será criada a imagem corporativa para o projeto e desenvolvido material promocional.

Para potenciar a participação ativa dos agentes locais serão contactados outros GAL realizando ações comuns de promoção da qualificação dos territórios rurais, novas oportunidades de mercado e progresso do tecido económico-social; mobilizar recursos para transferência de conhecimento e resolução de problemáticas locais; promover empreendedorismo, inovação e crescimento do território e gerar valor acrescentado.

Para uma elevada taxa de execução e mobilização do investimento privado, recorrer-se-á ao apoio dos agentes mais próximos das populações realizando-se reuniões com municípios, juntas de freguesia, escolas, misericórdias, párocos, GIP, rotários e associações locais, aferindo as melhores práticas, informando a população sobre os fundos disponíveis, objetivos e condições, resultados, avisos de candidatura.

A equipa de “extensores” prestará esclarecimentos/informações in loco, realiza sessões de esclarecimento e formação, criará 1 plataforma que potencie/apoie a criação sustentada de novas empresas e um gabinete itinerante de apoio direto à população.

A disseminação terá formatos distintos consoante o público. Ex. informações dadas pelo pároco, notícias em editais da igreja, divulgação em rádios locais, notícias, anúncios, suplementos temáticos em jornais locais, cartazes e outdoors, workshops temáticos dirigidos aos eixos de intervenção, seminários, participação em festas locais.

Realizar-se-ão diferentes ações Ex:

Montras regionais/locais

Fóruns de discussão

Atividades ao ar livre

Identificação e nomeação de “Embaixadores”

Campanhas de promoção do território e produtos locais, recursos endógenos, artesanato e ofícios tradicionais

Animação de mercados municipais

Rede “quiosques”

Criação de “Hortas Urbanas”

Dinamização da Bolsa Nacional de Terras

Atividades nas escolas para sensibilizar e estimular jovens (concursos de empreendedorismo juvenil, sessões de orientação e de capacitação)

Encontros e empresariais

Visitas de estudo a projetos de sucesso

Participação em eventos regionais e nacionais

Projetos de animação social e territorial das zonas rurais

Fomentar cooperação através de programas de geminação (trocas culturais, intercâmbio de conhecimento e experiência, colaborações de variada índole (fortalecimento das relações com a CPLP e ligações com comunidades emigrantes).

Para uma comunicação eficaz e assertiva haverá forte aposta nos digital media (site, blog, e-newsletter, vídeos e redes sociais), garantindo o acesso a informação rapidamente atualizável, partilha de opiniões, publicação de conteúdos, dados informativos, projetos relevantes, divulgação de ações/atividades.

A comunicação da EDLBC prevê a produção de conteúdos informativos em diferentes suportes, atendendo à diversificação do público-alvo, e à necessidade de promover o território como destino turístico e empresarial (documentários, guias de roteiros e temáticos, agendas de eventos, mapas turísticos, desdobráveis/brochuras, newsletters, outdoors). Será complementada pelo uso dos meios internos de cada parceiro e respetivos contatos para maior abrangência comunicacional.

Pretende-se reforçar fluxo de informação com os media locais e nacionais, revistas da especialidade divulgando a EDL, objetivos, ações, resultados obtidos e casos de sucesso, através de press-releases,

artigos de opinião, convites a jornalistas e especialistas.

A implementação do plano de comunicação/promoção da EDL será efetuada em concertação com o plano de comunicação dos demais instrumentos territoriais na Região.

Pretende incorporar-se a avaliação da implementação da EDL como atividade regular para a ajustar à constante evolução do contexto económico-social.

A avaliação será “ex-ante” para apreciar a adequação da estratégia ao diagnóstico efetuado e analisar a coerência interna/externa da intervenção e “ex-post” após conclusão de cada intervenção.

Serão contratados serviços externos para avaliações anuais, que detetem possíveis desvios na implementação da EDL, permitindo aprender com as falhas e sucessos das ações.

Recorrer-se-á também ao sistema de avaliação interpares através de GAL vizinhos (semelhante ao implementado pelo GAL Kasvu, na Finlândia).

É objetivo da EDL implementar um sistema de informação interno para gestão eficaz e eficiente de todos os projetos, várias etapas de tramitação e controlo documental. A ETL procederá à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos às medidas, ações e execução, para elaboração dos indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação estratégica e operacional, assegurando os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua e preparar relatórios de execução. Serão envolvidos neste processo líderes e atores locais institucionais, particulares e as comunidades.

A obtenção da informação, diagnóstico, avaliação e monitorização dos projetos e ações passará pelo contacto direto e envolvimento da entidade gestora do DLBC, com os agentes territoriais estando prevista:

Criação de grupos locais de discussão setorial

Realização de grupos de discussão com stakeholders locais

Reuniões comunitárias para apresentação, validação de resultados e construção de matrizes de avaliação, mobilizando facilitadores especialistas e comunidade.

Auscultação informal dos beneficiários nos locais, preenchimento de questionários simples e objetivos e análise do feedback obtido nas ações de animação do território.

A Auditoria Interna periódica dará informação à avaliação externa anual e do final do período de programação, permitindo controlar a tramitação dos processos nas suas diferentes fases.

Possibilitará verificar a existência de desvio entre ações previstas e realizadas, desvios orçamentais; funcionamento da implementação da estratégia; evolução no contexto da intervenção que venha a interferir na estratégia, pertinência e coerência dos objetivos e evolução das competências.

O objetivo é apresentar conclusões e recomendações para as fases seguintes.

Do plano de avaliação serão retiradas informações necessárias para a direção do programa, relatórios de execução anuais 2017 e 2019 e assegurar os dados necessários à avaliação do PDR.

A avaliação da EDL ficará a cargo da CA (parceiros).

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-079.pdf	27/07/2015 16:57	105235873
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo_Órgao Gestão e Estrutura Tecnica Local SUL.pdf	27/07/2015 16:46	105235873
Outros	MEL SUL.pdf	27/07/2015 14:14	105235873
Outros	Anexo_Memória Descritiva DLBC SUL.pdf	27/07/2015 16:51	105235873
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-079.pdf	29/09/2015 17:00	
Protocolo de parceria	Anexo_Protocolo Parceria DLBC Rural SUL.pdf	27/07/2015 13:03	105235873
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-079.pdf	14/12/2015 17:38	